

JOSÉ AUGUSTO DELGADO

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

O homem comum não compreende essa distorção: o comércio trabalha até aos domingos, a indústria funciona, os hospitais estão abertos, as vias de lazer estão disponíveis, o homem do táxi está a espera de passageiros, os hotéis agasalham os seus hóspedes, os aviões de carreira cruzam os céus, etc, e o Poder Judiciário, pelos seus órgãos maiores, fica fechado. Ou estão errados os segmentos que estão abertos, ou errado está o Poder Judiciário. Em plena época conturbada na história do homem, no limiar do Terceiro Milênio, somente um pensamento como este denotaria que nem tudo está perdido para "o homem comum" que tem fome e sede de justiça.

- Que outro pensamento como este nos mostraria que a corrupção não conseguirá atingir, com suas garras, o verdadeiro senso de justiça de nossos magistrados? E é exatamente sabendo disso que a **CONSULEX** entrevista, neste número, o Ministro José Augusto Delgado, sobre a possível e necessária reforma do Judiciário que, segundo o entrevistado, não deve ser através do "método de qualidade comparativa", por ser esta uma "técnica sem conteúdo científico e que fere, de modo profundo, primados científicos referentes à estrutura dos Poderes de uma nação". É preciso "vontade determinada, conscientização de que as mudanças comportamentais são realidades impossíveis de serem afastadas", para que tenhamos um Judiciário justo sem que este Poder tenha preferência por "aquele que detém maior poder econômico".

O aperfeiçoamento da administração do poder se faz imprescindível, não como uma *coisa pessoal*, mas como *a coisa pública*, que deve ser, em pleno "século da cidadania", bem exercido. Entretanto, para que o ordenamento jurídico exerça pressão no sentido de que o



poder seja eficaz, é vital que o Judiciário mude a si mesmo e comece "pela abertura das portas dos seus palácios aos cidadãos", e abrir *lato sensu*, sem continuar "na contramão da história". O controle interno, abordado ao longo desta entrevista, tem sua real função quando, segundo o Ministro, "de forma eficaz, respeita-se a intimidade do juiz, levando-se ao conhecimento da imprensa e do cidadão, a atuação das Corregedorias". E, se não houver empenho em atender "aos gritos do cidadão" - aquele "cidadão comum", "o homem do povo" - a realidade será desnaturada. Quando indagado sobre o sistema recursal brasileiro, o Ministro nos faz lembrar Cícero: *Salus populi suprema lex esto*. Delgado nos afirma que "a melhora do sistema recursal brasileiro só se concretizará quando for assentada uma mentalidade jurídica de que o processo deve servir ao cidadão". Não aos "juízes, advogados, legisladores, doutrinadores e editoras". A morosidade da Justiça - também alvo desta entrevista - é profundamente esmiuçada em poucas palavras, pois decorre "da ausência da vontade política de que ela seja célere e barata", por não servir aos segmentos dominantes, essa agilização, na prestação jurisdicional ao cidadão comum. Argüido sobre a edição e reedição de medidas provisórias, o Ministro acredita que se houver atuação no funcionamento do Legislativo, "a crise" que justifica a edição e reedição dessas medidas provisórias "desaparece". E seguindo esta linha de pensamento, chega a conclusão de que "o momento é de objetividade das decisões" e "que ela deve atingir a vontade do seu destinatário: o cidadão".

Por tudo isso a **CONSULEX** tenta contribuir, mais uma vez, para o aperfeiçoamento e a eficácia jurídica, proporcionando esta entrevista na íntegra:

Revista CONSULEX - *Alguns constitucionalistas têm afirmado que, embora se fale tanto em crise nesse Poder, o Judiciário é, de longe, o mais eficiente dos três Poderes. O que fazer, então, para melhorar a imagem do Judiciário perante os cidadãos que, regra geral, têm-no como elitista?*



José Augusto Delgado - O Poder Judiciário, ao meu entender, não é melhor nem pior do que o Executivo e o Legislativo. Não há possibilidade, no final do Século XX, de se identificar os efeitos produzidos pelo exercício das funções desempenhadas em cada Poder através do método de qualidade comparativa. Acho que é uma técnica sem qualquer conteúdo científico e que fere, de modo profundo, primados científicos referentes à estrutura dos Poderes de uma nação. A discussão instaurada no Brasil a respeito de qual Poder é o melhor, só tem contribuído para se desviar da análise exigida no momento de se descobrir meios para melhorar o funcionamento do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, com medidas urgentes, eficazes, efetivas e que se harmonizem com a vontade e a necessidade do cidadão brasileiro. A tão falada crise não é na estrutura dos Poderes. O que existe é a ausência de uma vontade determinada para aperfeiçoar o seu funcionamento e adequá-lo aos anseios dos fatos produzidos pela vivência do homem em sociedade e submetido a um controle estatal. A crise identificada está instalada no âmbito da mentalidade dos homens responsáveis pelo exercício das funções do poder, pelo fato de ainda, não obstante todo o progresso de idéias e pressão da sociedade, não demonstram conscientização de que as mudanças comportamentais são realidades impossíveis de serem afastadas e que o ato de proporcionar ao cidadão condições básicas para a realização de suas necessidades fundamentais, há de ser feito sem envolvimento com qualquer interesse privado de quem é responsável pela sua execução. Melhorar a imagem do Judiciário, além de ser uma obrigação dos responsáveis pela sua atuação e de todos os segmentos da sociedade, é um direito de cidadania, em face de ser muito pequena a porção dos que procuram para solução de seus litígios, menos de 5% da população e por ser o único que ainda tem capacidade de trazer a paz às relações conflitantes entre os seres humanos. O que fazer para se chegar a um nível de confiabilidade maior do que o existente é, na minha visão, envidar todos os esforços para:



a) desburocratizar o processo, especialmente em sua fase recursal;

b) aplicar técnicas modernas de administração, evitando a prática de atos processuais inúteis e de desconcentração de setores cartorários;

c) desenvolver campanha de publicidade para que o cidadão o conheça, não só no tocante ao seu funcionamento, como no que se refere às dificuldades encontradas para o exercício das suas funções;

d) adotar sistemas de julgamento nos tribunais que evitem discussão desnecessária de teses jurídicas pelos julgadores, transformando o ato de julgar em forma objetiva, e não em concurso acadêmico;

e) aproximá-lo do cidadão por via de mudança na mentalidade dos juizes, que necessitam abrir as portas dos seus gabinetes para ouvi-los e avaliar os seus anseios, decepções e aspirações;

f) incentivar o aperfeiçoamento dos juízes, com olhos voltados para o progresso que a ciência apresenta na era contemporânea;

g) criar um sistema de informação, com a colaboração da imprensa, que apresente um vocabulário compreensível para o cidadão comum;

h) permitir, na realização dos atos processuais, de modo bem amplo, a utilização da informática e das técnicas modernas de comunicação, como o fax, o telefone, a Internet, especialmente para adoção e transmissão de decisões urgentes;

i) repensar a forma de recrutamento dos magistrados, entregando-a, exclusivamente, ao Poder Judiciário, com a colaboração direta da OAB;

j) atualizar seus mecanismos de produtividade, incentivando o servidor através da promoção por mérito, proporcionando-lhe segurança e confiança em seu futuro;

k) combater qualquer forma de corrupção por acaso identificada no seu meio, quer de modo direto, quer indireto, independentemente de quem seja o agente corruptor ou o corrompido, punindo-o de modo imediato e severamente;

l) realizar uma aproximação maior do Poder Judiciário com os Poderes Executivo e Legislativo para a discussão mais ampla e detalhada de suas funções;

m) concentrar o seu pessoal e os seus recursos, em percentual elevado e previamente fixado, unicamente para a melhoria de entrega na prestação jurisdicional, sem se permitir o desvio de servidores do Poder Judiciário para tarefas outras não condizentes com os serviços forenses, tais como: assessoria às recepções, às viagens, às programações sociais, etc.

CONSULEX - *Se o Judiciário não é elitista, por que se afirma, no Brasil, que rico não vai para a cadeia? Por que não se punem os envolvidos nos denominados crimes de colarinho branco?*

Delgado - O rico não vai para a cadeia porque tem condições financeiras de contratar os melhores advogados do País para a sua defesa. O sistema processual permite tal anomalia. É, outrossim, uma questão de cultura identificada na maneira como o cidadão, dependendo da escala financeira que ocupa na estrutura social, é tratado de modo diferente quando em Juízo. O Estado brasileiro, embora próximo de ingressar no Século XXI, o século da cidadania, trata preferencialmente aquele que tem maior poder econômico. É o sistema que o envolve. É a pressão exercida pelo ordenamento jurídico, embora de modo não visível, que produz, porém, os seus efeitos.

O Estado colabora para a prática de tal desigualdade. As leis facilitam esse estado de discriminação, tudo reflexo de costumes que se iniciaram com a nossa colonização e que ainda estão arraigados no espírito dos agentes responsáveis pelos comandos e subcomandos do poder.

O *delito de colarinho branco* é tão odioso quanto os demais. Ocorre que a produção de seus efeitos depende do funcionamento de uma máquina integrada pela Polícia Judiciária, Ministério Público, órgãos fiscalizadores do sistema financeiro e judiciário.

O Poder Judiciário é o menos culpado pela não-aplicação efetiva das leis que cuidam dos crimes de *colarinho branco*. As ações, quando chegam ao seu conhecimento, muitas vezes estão prescritas, ou não são bem instruídas, com falhas aberrantes e que ferem o direito de defesa do cidadão. Há de se conhecer em profundidade o fenômeno aqui tratado para se afirmar que o Poder Judiciário é o culpado. Esse Poder é o menos responsável por essa situação, salvo quando demora em proferir a sentença perseguida pelo Ministério Público por motivos não condizentes com a segurança que deve conter a entrega da prestação jurisdicional.

Há previsões legais para que os autores de crimes de colarinho branco sejam punidos. Falta, contudo, boa vontade do sistema para que tal aconteça. Não se pode colocar a culpa apenas em um elemento componente desse sistema, porque há uma atuação integrada, como já se afirmou.

CONSULEX - *Relativamente à denominada reforma do Judiciário, tem-se falado que esse Poder necessita de reformas substanciais em toda a sua estrutura; que o modelo atual atingiu o seu esgotamento. Nada obstante, a olhos vistos, esse Poder vem promovendo, constantemente, reformas parciais e setoriais. V. Exa. sugeriria algumas mudanças na maneira de atuação do Poder Judiciário, com vistas a aproximá-lo de quem dele necessita?*



Delgado - As reformas parciais até então realizadas são por demais tímidas. Quase nenhum efeito produziram. Ressalto, apenas, a criação dos Tribunais Regionais Federais e a dos Juizados Especiais. Essas entidades, embora prestem um serviço valioso de aproximação do cidadão com a Justiça, estão necessitando, urgentemente, de profundas reformas. Não só na sua estrutura, como, também, no comportamento a ser adotado pelos que as integram, a fim de que, cedo ou tarde, não sejam levadas à vala comum. Determinados costumes a serem melhor identificados precisam ser afastados para que a compreensão de seus objetivos seja a de que essas instituições foram criadas para servir ao cidadão que necessita solucionar os seus litígios e não para atender aos interesses de quem as compõem.

A primeira grande reforma do Poder Judiciário deve começar pela abertura das portas dos seus palácios aos cidadãos. Abrir no sentido mais exato da palavra, a começar com o seu funcionamento nos três expedientes, aos sábados e aos domingos, a exemplo do que estão fazendo os supermercados, os *shopping centers*, o comércio, determinadas indústrias, as drogarias, a Internet, etc, etc. Com criatividade poderão ser adotados sistemas de funcionamento que permitam a entrega da prestação jurisdicional durante os três expedientes do dia e em todos os dias da semana. Por exemplo, as férias coletivas dos tribunais e dos juízes de primeiro grau, onde existem, é um atentado à cidadania brasileira. Não posso compreender Tribunais Superiores do País, tribunais de segundo grau e juízos de primeiro grau sem funcionamento, salvo para as causas urgentíssimas e por via de liminares, fechados por mais de dois meses durante o ano (de 20 de dezembro a 31 de janeiro, de 2 de julho a 31 de julho, quarta, quinta e sexta-feira da Semana Santa, dias 1 e 2 de novembro, dias 11 de agosto e 8 de dezembro, etc). O homem comum não compreende essa distorção: o comércio trabalha até aos domingos, a indústria funciona, os hospitais estão abertos, as vias de lazer estão disponíveis, o homem do táxi está a espera de passageiros, os



hotéis agasalham os seus hóspedes, os aviões de carreira cruzam os céus, etc, e o Poder Judiciário, pelos seus órgãos maiores, fica fechado. Ou estão errados os segmentos que estão abertos, ou errado está o Poder Judiciário. Penso que este é que está na contramão da história.

Essa seria a primeira grande reforma. A segunda é o cultivo que devem ter os seus juízes pela conciliação. A norma processual civil, em seu art. 125, IV, determina, com força cogente: "O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe: IV - tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes."

Ora, está na lei, de modo muito claro, desde 1973, que ao juiz incumbe tentar, em qualquer tempo, isto é, em qualquer grau de jurisdição, a conciliação das partes. Há turmas de conciliação nos tribunais de segundo grau? Há no Superior Tribunal de Justiça? Há no colendo Supremo Tribunal Federal? Há no Tribunal Superior de Trabalho? (neste há as conciliações nas demandas coletivas). Há na Justiça Militar? Os juízes de primeiro grau dos Estados e da Justiça federal lutam pela conciliação das partes? Busca-se uma resposta, e ela, em todos os ângulos, é negativa. Por que não criar Turmas de Conciliação nos tribunais, estabelecendo-se mecanismos para o seu funcionamento e com poderes para convidar as partes a se apaziguarem, pois o ordenamento jurídico contém regras permitindo a conciliação em muitos litígios? Por que não tentar?

Penso que a maioria dos juízes brasileiros, pelo efeito da cultura recebida, se realizam com o conflito. Verifique-se, por exemplo, com que ostentação de autoridade o magistrado de primeiro grau, muitas vezes, pergunta às partes se há possibilidade de conciliação. Não aguarda, em determinadas circunstâncias, a resposta. Dita, em tom solene, para o escrivão: "Proposta a conciliação, esta não se realizou". Os advogados, hoje elevados por determinação constitucional a entes indispensáveis à

administração da Justiça, ficam calados a apoiar a conciliação frustrada, por ter sido tentada com intensa ausência de boa vontade.

Falar em conciliação no segundo grau no STJ e no STF é algo inaceitável. Não há nem proposta a respeito, quer do Poder Judiciário, quer do Legislativo e do Executivo, estes por via de emenda constitucional. Mas, o Código de Processo Civil determina, de modo expresso, a sua realização. Apenas não se cumpre tal ditame legal.

Outras modificações de base necessitam ser feitas. Todas devem, porém, ser antecedidas de estudos compartilhados com a OAB, com os sindicatos, com as Assembléias Legislativas, com a Câmara Federal, com o Senado, com a Igreja, com as universidades, com as associações dos magistrados, com os tribunais, e segmentos outros da sociedade que possam influir no aperfeiçoamento da conduta desse Poder.

CONSULEX - *A instituição de órgãos de controle interno mais eficaz, com a participação dos diversos órgãos judiciários, como tem preconizado o Juiz Mauro Leite Soares, do TRF da 1ª Região, minimizaria a atual crise desse Poder?*

Delgado - O controle interno do Poder Judiciário necessita de uma reforma de base. Os seus atos, sem qualquer penetração na parte dispositiva do julgado, devem ser fiscalizados do modo o mais profundo possível. Nenhum magistrado de formação voltada para o exercício da sua função teme qualquer tipo de controle. A atuação das Corregedorias deve ser acompanhada pela OAB de modo eficaz, e as falhas verificadas, respeitando-se a intimidade do juiz, devem ser levadas ao conhecimento da imprensa e do cidadão. O controle interno tem sempre uma função preventiva e, quando bem exercido, produz efeitos de resultados positivos. Nenhuma instituição funciona bem se não for supervisionada. Ela é feita pelo ser humano, dotado de emoções, de condutas divergentes, de filosofias díspares, de sentimentos indefinidos, composto por alegrias momentâneas ou duradouras, de ódios permanentes ou passageiros,



enfim, que vive uma seqüência de fatos abstratos e complexos que a sociedade não conhece. O juiz é um aglomerado dessas realidades: ele vive cercado pelos conflitos dos seus concidadãos e estes exigem dele a solução, sem nunca imaginar que ele, juiz, também é um cidadão, que também se envolve com os fatos da vida. Um bom controle interno estimula o juiz e faz crescer, quando levado ao conhecimento da sociedade, a confiança do cidadão no Poder Judiciário. Nada desaconselha que o cidadão, pelos seus segmentos, dele participe. É uma forma de contribuir para que o Judiciário se mostre à sociedade.

CONSULEX - *Porque o Judiciário tanto teme a instituição do controle externo?*

Delgado - Tenho meditado muito sobre essa afirmação. Será que há tal temor? Faço a pergunta e examino que, atualmente, sobre o Poder Judiciário há quatorze formas de controle postos em nosso ordenamento jurídico. Se alguns não atuam com a velocidade e o êxito desejado, a culpa é de quem está encarregado de fazê-los funcionar.

Se há, hoje, tantas formas de controle sobre o Poder Judiciário (controlam-no: os Tribunais de Contas; o Legislativo; o cidadão com a Ação Popular e com a Ação Pública, com a Lei de delitos pelo cometimento de improbidade administrativa, com o Código Penal; a OAB, com o direito de denunciar os seus juizes de qualquer grau, especialmente de fazer utilizar o art. 198, do Código de Processo Civil; o Ministério Público, podendo até instaurar inquéritos civis para apurar infrações administrativas que o Poder tenha cometido; e as partes, por seus advogados, recorrendo de todas as suas decisões; controla-o o clamor dos cidadãos, porque eu não creio em juiz insensível ao grito do homem, pedindo celeridade no entregar da prestação jurisdicional, etc), não vejo, assim, nenhuma razão de existir temor por mais uma nova forma de controle. Temo, sim, é que, sob a alegação de que o Poder Judiciário necessita ser controlado, não existam algumas intenções outras a serem

alcançadas, ou de enfraquecê-lo, como a de tirar-lhe o *status* de Poder e transformá-lo em um órgão controlado pelo Executivo ou Legislativo, ou de não efetuar as reformas de que ele necessita. Não se perca de vista que a estrutura atual do Poder Judiciário interessa ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, às classes econômicas dominantes. Tais entidades são as mais beneficiadas pela impossibilidade do Poder Judiciário solucionar os conflitos, como está pedindo, aos gritos, o cidadão. Pense-se: há uma previsão do Superior Tribunal de Justiça de receber, este ano, cem mil processos. Mais de 70% dos recursos são interpostos pelo Poder Executivo (Administração direta e indireta) e pelas grandes empresas. E o cidadão comum? O homem do povo? Como fica o seu direito? Será menos valioso do que o daqueles segmentos? A consciência de cada um firma a resposta. A minha, eu tenho. Penso que a realidade não pode ser desnaturada.

CONSULEX - *O profissional do Direito que ganha a vida nos corredores e nas salas de audiências alega que um dos grandes entraves da prestação jurisdicional brasileira reside nos abusos de recursos meramente protelatórios e formais. O que fazer para obviar essa questão?*

Delgado - Nada mais verdadeiro. Ser operador do Direito, especialmente advogado, é trilhar ásperos caminhos recursais. Rendo sempre minha homenagem a essa profissão cidadã. E o faço, não só pela defesa que faz do direito de liberdade e da paz ser instaurada entre os homens, mas pela profunda paciência com que exerce a sua profissão. Espera um ano, dois, quatro, oito..., dez, vinte e trinta ou mais anos, para que a causa seja encerrada. Advoguei um ano e seis meses. Não agüentei a demora do processo. Sofri muito. E sofro, hoje, como juiz por me sentir atado para atender ao que o cidadão necessita: urgência na entrega da sua prestação jurisdicional, para que a paz se instaure em seu espírito.

Hoje, via Internet, há possibilidade de se transferir um patrimônio financeiro para o Japão, por exemplo, em menos de quatro

minutos. Basta uma conta bancária no Brasil, outra no Japão, uma linha telefônica, um computador, um provedor e dinheiro. A operação se concretiza. Enquanto isso, um litígio, em que se busca a paz do homem demora, na maioria das vezes, mais de 10 anos para ser solucionado via Poder Judiciário. Ou a descoberta da velocidade de como se solucionar fatos via Internet está errada, ou é o sistema processual que está. Urge definir, antes que a falência cubra com o seu manto, essa situação.

CONSULEX - *A atribuição, pelo Supremo Tribunal Federal, dos efeitos ex tunc ou ex nunc às suas decisões não minimizaria o excesso de recursos que vêm abarrotando nossos Tribunais Superiores ? O que fazer para rever o sistema recursal brasileiro?*

Delgado - A melhora do sistema recursal brasileiro só se concretizará quando for assentada uma mentalidade jurídica de que o processo deve servir ao cidadão. Não aos juízes, advogados, legisladores, doutrinadores e editoras. Tenho me preocupado, ultimamente, com o avanço da Ciência Processual. Legislar sobre o processo é uma tarefa que a cada dia se torna mais complicada, em face das variadas posições doutrinárias que se desenvolvem na Ciência a respeito de suas entidades. Penso que o sistema de recurso único para o segundo grau e para os Tribunais Superiores contribuiria para melhorar o fluxo das ações. O agravo de instrumento, os embargos de declaração, o agravo regimental, por exemplo, devem ser abolidos. Para tanto, a peça recursal, as contra-razões e a fundamentação do recurso devem passar a ser objetivas de forma resumida, com clareza e atingindo a pretensão material desejada.

A única matéria processual, por exemplo, que deveria subir para o STJ é a relativa ao cerceamento de defesa. Nada mais. Os pressupostos recursais devem ser mais claros e não se exigir preparo.

CONSULEX - *Quando se fala em descentralização da Justiça, vem à tona a efetiva instalação de Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Pequenas Causas. Esse é o discurso concorrente das Administrações*



Estaduais e das diversas Casas Legislativas brasileiras. Todavia, grande parte de nossos assinantes advogados tem se posicionado, de forma ostensiva, contrariamente a tais providências. Alegam, entre outras coisas, que a cada dia fica difícil sobreviver da advocacia; que os juizados, os juízos arbitrais e outros programas, v.g., Ação Global, e outras medidas, como a que dispensa a presença de advogados em ações de consignação em pagamento, investigação de paternidade, etc, retiram-lhes (ou diminui sensivelmente) o mercado de trabalho. O que V. Exa. teria, a dizer a respeito de tais afirmações?

Delgado - Realmente, a profissão de advogado está exigindo continuamente maior qualificação de quem a exerce. O mercado de trabalho está se tornando especializado e marchando para dividir-se em áreas que não se comunicam. Os Juizados Especiais e outros tipos informais não diminuem o mercado de trabalho. O profissional preparado para o exercício de sua função não se preocupa com tais indagações. Há de se entender que o direito do cidadão está acima desses interesses, que novas formas de solução dos conflitos devem ser instauradas. Os juízos arbitrais, por exemplo, abriram campo para uma especialização, a do advogado voltado para o funcionamento das empresas, do mercado financeiro, dos contratos, etc. O mercado de trabalho é amplo para a profissão. Basta que o profissional esteja bem preparado. O direito do cidadão em ver solucionado o seu litígio, não deve ser trabalhado com vinculação a tais interesses, se o mercado melhora ou piora com a democratização maior do Poder Judiciário, via soluções alternativas de litígio.

CONSULEX - *A Constituição de 1988 criou, a olhos vistos, excessivas instâncias. O resultado disso, segundo pensamos, é que, atualmente, qualquer perlanga judicial deságua no STF, V. Exa. não acha que já está mais do que na hora de o Brasil pensar em reduzir para apenas duas, essas instâncias? A realidade brasileira não reclama a*

adoção de apenas dois graus de administração de Justiça, onde o STJ se transformaria numa espécie de Casa de Estabilização do Direito?

Delgado - A reforma do Poder Judiciário exige que o colendo Supremo Tribunal passe a ser somente Corte Constitucional. Embora exerça, o que vem fazendo com a maior dignidade, essa função, não há como se admitir a competência cumulativa que a Constituição lhe atribui, ampliando o leque de sua atuação.

O grau de superioridade e de segurança jurídica de uma nação se mede pela maneira eficaz e efetiva como a sua Constituição é guardada por quem tem a responsabilidade institucional dessa missão e pela confiança que nela se tem. Ao colendo Supremo Tribunal Federal deve ser reservada, apenas, essa grande missão.

Certo, o STJ deve ter a sua competência ampliada para se transformar no único Tribunal de Estabilização do Direito comum. A sua estrutura material no momento suporta o exercício dessa competência. Urge, somente, o aperfeiçoamento do elemento humano, especialmente do corpo de assessoria e as modificações dos procedimentos recursais.

CONSULEX - *Como consequência da indagação acima, as demandas brasileiras (que andam a passos de cágado), não se resolveriam melhor se recorresse ao STF apenas quando houvesse decisões divergentes de tribunais estaduais?*

Delgado - Renovo a resposta anterior. Ao Supremo deve ser reservada, apenas, a competência de Corte Constitucional. A responsabilidade por essa atribuição é de tão alta importância e de significação tão relevante para a Nação, que nenhuma outra lhe deve ser assegurada.

CONSULEX - *Por que a Justiça brasileira é tão lenta e cara? Faz-se justiça, no Brasil, ante a morosidade que todos conhecem?*



Delgado - É lenta, cara, afastada do cidadão e burocrática. Mesmo assim, tenho a absoluta convicção de que se faz justiça no Brasil, pela atuação quase anônima de mais de 10.000 juízes que, enfrentando as incertezas de seu futuro, as coerções das mudanças, as cobranças dos fenômenos do final do Século XX, fazem de tudo para que, de um modo ou de outro, a entrega da prestação jurisdicional ocorra, mesmo demorada e cara.

A lentidão e a carestia da Justiça decorrem da ausência da vontade política de que ela seja célere e barata. Interessa aos segmentos dominantes que assim ela seja. Urge movimentação para modificá-la. Para tanto há necessidade de união de todos os estamentos sociais, políticos, jurídicos, sociais, religiosos, educacionais, familiares, etc, para modificar esse quadro.

CONSULEX - *Qual a opinião de V. Exa. sobre as sucessivas reedições de medidas provisórias, pelo Executivo? O abuso praticado pelo Executivo é inconstitucional?*

Delgado - Não há inconstitucionalidade. Há, sim, uma crise imposta pelos acontecimentos, pela velocidade com que os fatos ocorrem e que, ao pensar único do Executivo, necessitam de ser regulados ou receber tratamento legislativo modificador. As sucessivas reedições constituem fenômeno proveniente das reformas que o Executivo pretende efetuar no Estado brasileiro. Estado maior, Estado menor, Estado liberal, Estado intervencionista, Estado neoliberal ou qualquer outra cognominação pretendida, são chamados para justificação da edição das medidas provisórias. Atue o Legislativo com rapidez, examine-as no prazo constitucional, que a crise desaparece. É uma questão, apenas, de funcionamento das Instituições e se elas estão em condições materiais de atuarem como desejado.

CONSULEX - *Sobre as súmulas vinculantes, V. Exa. gostaria de opinar?*



Delgado - Doutrinariamente, já defendi a sua não-existência. Hoje, quando chego ao meu gabinete no STJ e me deparo com a possibilidade de receber este ano 4.000 recursos e tê-los de apreciar e julgar, sendo que mais de 70% são de temas já decididos e com jurisprudência predominante, não tenho mais condições, coagido por tal fato, de não apoiar a adoção de súmulas vinculantes. Preocupo-me com o engessamento do Direito jurisprudencial, porém coloco o interesse do cidadão acima dessa situação, porque, hoje, a ele, cidadão, interessa é saber se ganhou ou perdeu sua causa e quando vai receber o produto da vitória, quando esta ocorrer. Não lhe interessa se a sentença é bem fundamentada, se adotou a melhor das teorias reinantes na doutrina, se o magistrado está atualizado. O momento é de objetividade das decisões e de se sentir que ela deve atingir a vontade do seu destinatário. Este não é o advogado, não é o juiz: é o cidadão.

CONSULEX - *V. Exa. gostaria de fazer outras considerações nesta entrevista?*

Delgado - Apenas louvar a preocupação da **CONSULEX** por questionar o Poder Judiciário em todos os seus ângulos. É uma contribuição valiosa para o seu aperfeiçoamento. Não se faz reforma institucional sem amplos debates de idéias. Aconselho, apenas, que juízes de segundo grau e de primeiro grau sejam ouvidos. Eles são, na verdade, os pilares que sustentam o Poder Judiciário. São os primeiros combatentes que enfrentam as pressões sociais nascidas como litígios, muitas vezes em regiões longínquas do País e com a única proteção, aliás a necessária e que jamais falta: a proteção de Deus.